

**FACULDADE DE DIREITO PROF. DAMÁSIO DE JESUS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU* DE DIREITO**  
**TRIBUTÁRIO**

Aluna: Marina Mendes Evangelista

Orientador: Prof. Eduardo Alves Lima Chama

A Exoneração Tributária em favor das Pessoas com Deficiência

Brasília

2016

Marina Mendes Evangelista

A Exoneração Tributária em favor das Pessoas com Deficiência

Monografia apresentada à Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus, para a conclusão do  
Curso de Pós-Graduação *Latu Senso* de Direito Tributário

Orientador: Prof. Eduardo Alves Lima Chama

Brasília

2016

## RESUMO

Trata-se de monografia a respeito da exoneração tributária em favor das pessoas com deficiência, em que se pesquisou aspectos relevantes desse grupo de indivíduos, a partir da melhor nomenclatura a ser utilizada, dando ênfase na sua situação como pessoas e como cidadãos, especialmente no que diz respeito à proteção jurídica nos âmbitos internacional e nacional. Em segundo momento, fez-se um estudo das normas gerais do direito tributário, como base para o conhecimento da exoneração e suas espécies, traduzindo-os como uma forma de ação afirmativa para busca da inclusão social, tendo em vista a extrafiscalidade. A partir disso, realizou-se a conexão das duas questões, analisando-se as exonerações tributárias existentes no direito brasileiro outorgadas às pessoas com deficiência, cujos principais exemplos são as isenções dos seguintes impostos: IPI, IOF, IRPF, ICMS e IPVA. Por fim, verificou-se a ausência de previsão para a concessão de imunidade, trazendo-a como sugestão ao legislador.

Palavras-chave: direito tributário, exoneração fiscal, isenção, imunidade, pessoa com deficiência.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	5
DESENVOLVIMENTO .....	6
1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	6
1.1 PROTEÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL .....	10
1.2 PROTEÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO .....	13
2 NORMAS GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....	17
2.1 TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES .....	17
2.2 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	17
2.3 CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	18
2.4 SUSPENSÃO DA EXIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	18
2.5 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	19
2.6 EXONERAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	19
2.6.1 EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	19
2.6.1.1 ISENÇÃO .....	20
2.6.1.2 ALÍQUOTA ZERO .....	22
2.6.1.3 ANISTIA .....	22
2.6.2 IMUNIDADE .....	23
3 DIREITO TRIBUTÁRIO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	25
3.1 ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS OUTORGADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	29
3.1.1 IMPOSTOS FEDERAIS .....	29
3.1.1.1 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) .....	29
3.1.1.2 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO, SEGUROS E SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (IOF) .....	31
3.1.1.3 IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA DA PESSOA FÍSICA (IRPF) .....	32
3.1.2 IMPOSTOS ESTADUAIS .....	33
3.1.2.1 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÕES (ICMS) .....	33

3.1.2.2 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA) .....	33
3.2 INCENTIVO PARA EMPRESAS .....	35
3.3 COMENTÁRIOS A RESPEITO DA JURISPRUDÊNCIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	35
3.4 A AUSÊNCIA DE IMUNIDADES OUTORGADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	48
CONCLUSÃO .....	54
REFERÊNCIAS .....	55

## INTRODUÇÃO

O interesse no presente trabalho é fruto da história acadêmica da autora, que cursou as graduações de fisioterapia e direito, buscando, nesse momento, uma forma de integração de ambas.

O início dar-se-á com a pesquisa de aspectos relevantes no que tange às pessoas com deficiência, pensando-as como pessoas e como cidadãs. Na primeira questão, serão buscados conceitos, classificações e estatísticas. Como cidadãs, a ênfase será na proteção jurídica, tanto no âmbito internacional, como no nacional. Neste, serão analisadas as normas constitucionais e as infraconstitucionais.

Será necessário um estudo das normas gerais do direito tributário brasileiro, abrangendo os tributos e suas espécies; a obrigação tributária; o crédito tributário; a suspensão da exigibilidade do crédito tributário; a extinção do crédito tributário; e a exoneração tributária, com o intuito de contextualizar-se essa última.

Por fim, far-se-á a conexão entre os dois temas, para saber se há previsão na legislação brasileira de alguma forma de exoneração tributária outorgada às pessoas com deficiência e, havendo, quais são e como são exercidas.

## DESENVOLVIMENTO

### 1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O art. 2º da Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) dispõe que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Por sua vez, o Decreto n. 3.298/1999 oferece a classificação das deficiências, que podem ser congênitas ou adquiridas:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Para maior esclarecimento, eis a definição de alguns termos relacionados à deficiência física, indicados no sítio eletrônico [deficienteonline](#):

Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores.

Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores

Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (superior ou inferior).

Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (superior ou inferior).

Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores.

Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros superiores e inferiores.

Triplegia – perda total das funções motoras de três membros.

Triparesia - perda parcial das funções motoras de três membros.

Hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

Hemiparesia - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).



Ostomia – intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, óstio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano.

Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.

Nanismo – doença genética que provoca um crescimento esquelético reduzido, resultando num indivíduo cuja altura é muito menor que a média da população.

A propósito, é conveniente fazer algumas distinções. Primeiro, doenças graves não estão inseridas no conceito de deficiência. Como consta no sítio eletrônico do Instituto Oncoguia, a legislação brasileira estabelece um rol de doenças graves, distribuídas em diversas normas, cujos pacientes podem usufruir de direitos e garantias especiais, incluindo isenções fiscais. São exemplos: neoplasia maligna (câncer), espondiloartrose anquilosante, tuberculose ativa, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS), hepatopatia grave, dentre outras.

Ademais, segundo o magistério de Ribeiro, 2010, doença mental não se confunde com deficiência mental. Aquela associa-se aos transtornos mentais de que trata a Lei n. 10.216/2000, passível de aparecer em qualquer fase da vida. Já a deficiência é o desenvolvimento mental incompleto, ensejando na capacidade mental diminuída e que manifesta desde o nascimento ou até o final da adolescência.

No país, a Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência (OLIVEIRA, 2012), a partir dos dados coletados no censo demográfico de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informa que há 45.606.048 pessoas com pelo menos um tipo de deficiência, o que representa 23,92 % da sua população.

Nesse grupo, a deficiência visual apresenta a maior ocorrência, afetando 18,6% das pessoas, depois vem a deficiência motora, ocorrendo em 7% delas, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

De acordo com EVANGELISTA, 2002, as pessoas com deficiência convivem com diversas barreiras que dificultam seu convívio coletivo. Há as arquitetônicas, que são os elementos construtivos e/ou situações resultantes de implantações arquitetônicas ou urbanísticas que impedem sua acessibilidade. Essas edificações devem ser adaptadas, para

permitir a mobilidade daquelas pessoas, de modo que estejam inseridas no ambiente, e não destacadas.

E há também as barreiras sociais, provavelmente ainda mais constrangedoras, como atitudes discriminadoras, um olhar de curiosidade, o desrespeito à vaga preferencial de estacionamento ou a recusa de ofertar-lhes emprego.

Existe ainda o sentimento de pena, que as vê como “coitadinhas”, tristes e limitadas para tudo. Em contrapartida, há a ideia de que são heróis, pois conseguem sobreviver mesmo com suas dificuldades e limitações.

Nem uma coisa nem outra. A busca atual é por uma sociedade inclusiva, consciente da diversidade humana, que atenda às necessidades de todos. Nela, pessoas com deficiência seriam realmente incorporadas à sociedade, não mais como parte de um mundo paralelo. Não haveria lugar para atitudes como “abrir espaço para a pessoa com deficiência” ou “aceitá-lo” e depois ir dormir com a sensação de ter sido muito bonzinho. Na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Somos apenas – e isto é suficiente – cidadãos responsáveis pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou nos pareça ser. (DIREITOS HUMANOS, 1998)

Outrossim, o tema da pessoa com deficiência possui problemas estruturais e revela uma dificuldade extra em relação a outros grupos minoritários: a multiplicidade de deficiências e suas origens, o que causa um empecilho para a implementação de uma ação conjunta de proteção ao grupo. (ARAÚJO, 2007)

Com efeito, a inclusão se inicia com a atenção à própria nomenclatura. Fonseca, 2012 lembra que se utilizava eufemismos, sob a febre do politicamente correto, como “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa portadora de necessidades especiais”, “pessoa incapaz” e “deficiente”. Mas, na realidade, continham a ideia de que os impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais acarretavam aos indivíduos que os apresentam serem pessoas incapazes, pessoas não eficientes.

Contudo, já eram um avanço diante de palavras como “pessoas inválidas”, “aleijados”, “incapazes”, “ceguinhos” e “mudinhos”, que carregam forte peso de exclusão social e de inferiorização.

Atualmente, entende-se que o melhor termo a ser utilizado é “pessoa com deficiência”, adotado pela Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2006.

## 1.1 PROTEÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL

A proteção internacional dos direitos humanos se realiza por meio de sujeitos de direito internacional (organizações intergovernamentais), em dois níveis ou sistemas, de modo que não conflitem entre si ou se excluam. O primeiro é o sistema global, centrado na ONU e suas agências especializadas, que atua principalmente no sentido de prevenir conflitos internos. No outro nível estão os sistemas regionais – africano, europeu e interamericano – que, através de seus órgãos e instrumentos normativos, visam especialmente decidir controvérsias que não tiveram solução no plano doméstico dos Estados.

Como elementos dos sistemas, há as Comissões, a quem compete a observância e defesa dos direitos, servindo como instância consultiva e as Cortes, a quem compete processar e julgar os Estados. (GONÇALVES; LIMA JÚNIOR, 2012)

No que tange ao primeiro sistema, segundo Marta, 2012, os direitos fundamentais em geral ganham força com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, momento em que foram sendo constitucionalizados em diversos Estados. Assim, apesar das vicissitudes culturais de cada um, existe um núcleo mínimo de direitos que devem ser respeitados com o apoio da comunidade internacional.

Especificamente no que tange às pessoas com deficiência, o marco surgiu a partir da concepção de que todas as pessoas são detentoras de uma dignidade inata. Dessa maneira, todo ser humano (com e sem deficiência) deve ser tutelado de forma plena.

A partir disso, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1971, a Declaração das Pessoas com Deficiência Mental, por intermédio da Resolução n. 3.447 desse ano, na qual conceituou “pessoas deficientes”.

Em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou um manual contendo a “Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens”.

Em seguida, a ONU proclamou o ano de 1983 como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, através da Resolução n. 31/123, o que ensejou em uma maior conscientização da sociedade quanto ao assunto.

Quanto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), seu primeiro conceito sobre este grupo de pessoas se deu na Recomendação n. 99/1955.

No campo da sociedade inclusiva, Ribeiro, 2010 leciona que é um movimento internacional, explicitado inicialmente na Assembleia Geral de ONU, em 1990, por meio da Resolução n. 45/1991, pela qual se propõe uma sociedade para todos, a ser alcançada até 2010.

Por fim, em 2006, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a “Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência”, promulgada no Brasil, por meio do Decreto n. 6.949/2009, o que a faz possuir *status* de emenda à Constituição. (MARTA, 2012)

O processo de elaboração da Convenção teve início em agosto de 2002, como aponta LOPES, 2007, e teve como lema *Nothing about us without us* (Nada sobre nós sem nós), razão pela qual teve a participação de 84 países, incluindo o Brasil, ONG’s representativas, sociedade civil e pessoas com deficiência. As organizações se constituíram em uma aliança internacional denominada de *International Disability Caucus* (IDC).

A autora enumera alguns direitos definidos na Convenção:

A Convenção contempla artigos que tratam de direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, além de direitos específicos de grupos duplamente vulneráveis, tais como mulheres com deficiência, crianças com deficiência e indígenas com deficiência.

Dentre os seus artigos, ainda podemos citar igualdade e não discriminação; acessibilidade; direito à vida; situações de risco e emergências humanitárias; reconhecimento igual como pessoa perante a lei; acesso à justiça; liberdade e segurança da pessoa; liberdade de expressão e opinião e acesso à informação; respeito para com o lar e a família; educação; saúde; habilitação e reabilitação; trabalho e emprego, participação na vida pública e política; participação na vida cultural, recreação, lazer e esporte; dados e estatísticas; cooperação internacional; monitoramento; entre outros.

Piovesan, 2012 apresenta as inovações da Convenção, primeiro tratado de direitos humanos do século XXI, que surge como resposta da comunidade internacional à longa história de discriminação, exclusão e desumanização das pessoas com deficiência. Ela incorpora uma mudança de perspectiva em relação à percepção da deficiência, reconhecendo que todas as pessoas devem ter a oportunidade de alcançar de forma plena o seu potencial.

Há também novidades na definição de deficiência, na medida em que reconhece explicitamente que o meio ambiente econômico e social pode ser causa ou fator de seu agravamento. Portanto, ela deve ser vista como o resultado da interação entre indivíduos e seu meio ambiente e não como algo que reside intrinsecamente no indivíduo.

No que diz respeito à discriminação, envolve toda distinção, exclusão ou restrição baseadas na deficiência, que tenha por efeito ou objetivo impedir ou obstar o exercício pleno de direitos.

Nas lições da autora, o propósito maior da Convenção é:

Promover, proteger e assegurar o pleno exercício dos direitos humanos das pessoas com deficiência, demandando dos Estados-Partes medidas legislativas, administrativas e de outra natureza para a implementação dos direitos nela previstos.

Frisa ainda a Convenção que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente dos processos decisórios relacionados a políticas e programas que as afetem.

Quanto aos sistemas regionais de proteção internacional dos direitos humanos, como já mencionado, há três deles – africano, europeu e interamericano.

O europeu é o sistema mais antigo e tem origem ligada ao fim da Segunda Guerra Mundial. É considerado o mais bem-sucedido sistema do direito internacional para a proteção dos direitos humanos, tendo em vista que todos os seus Estados são submetidos a julgamentos promovidos pela Corte Europeia de Direitos Humanos e que suas decisões são plenamente respeitadas. A propósito, a nova Corte Europeia condensou as atribuições das antigas Comissão e Corte.

Por seu turno, o interamericano é centrado na Organização dos Estados Americanos (OEA) e sua base normativa é constituída principalmente pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos e pelo Protocolo de San Salvador em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Como instituições assecuratórias dos direitos humanos, há a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. (GONÇALVES; LIMA JÚNIOR, 2012)

No sistema interamericano, os direitos da pessoa com deficiência aparecem em dois documentos básicos: o Protocolo de San Salvador, de 1988, em seu art. 18 (Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre os Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e a Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas Portadoras de Deficiência, de 1999. (BALERA e FERREIRA, 2007)

Por fim, o africano é centrado na União Africana (UA). Dentre seus principais documentos normativos, está a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, conhecida como Carta de Banjul, de 1981, e a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, de 1990. Suas instituições são a Comissão Africana de Direitos Humanos e a Corte Africana de Direitos Humanos. (GONÇALVES; LIMA JÚNIOR, 2012)

## 1.2 PROTEÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

No âmbito constitucional, em que pese o princípio formal de igualdade estar presente em Constituições anteriores, a questão específica da pessoa com deficiência ganha importância na Constituição de 1967. Contudo, já havia na Constituição de 1934 alguma preocupação sobre o tema, em seu art. 138, que determinava o amparo aos desvalidos. Na Constituição de 1937, art. 127, havia norma próxima àquela. A seguinte, de 1946, abordava o trabalhador que se tornava inválido.

Por sua vez, a Carta de 1967 traz a primeira menção explícita da condição de pessoas com deficiência. O art. 175, parágrafo quarto, fala da educação de excepcionais, como eram chamadas as pessoas com deficiência mental. No entanto, o maior avanço deu-se com a Emenda Constitucional n. 12, de 1978:

Artigo Único: É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I – Educação especial e gratuita;

II – Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;

III – Proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão no trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV – Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Com o advento da chamada Constituição Cidadã de 1988, o quadro se modifica, passando a existir um enfoque na inclusão social, especialmente na proibição da discriminação. (ARAÚJO, 2007)

Dentre os diversos princípios fundamentais protegidos constitucionalmente, abordar-se-ão os três mais ligados ao tema das pessoas com deficiência – igualdade, dignidade da pessoa humana e liberdade.

O princípio da igualdade possui duas vertentes. Uma, a formal, é a que consta no art. 5º da Constituição, determinando que os direitos fundamentais sejam reconhecidos a todos, em igualdade de condições. A outra, a material, é consubstanciada na exigência de uma sociedade livre, justa e solidária, que promova o bem de todos, sem preconceitos nem discriminações, disposta no art. 3º. Assim, o legislador deve criar um direito igual para todos. Aos indivíduos com as mesmas características, impõe-se igual situação jurídica, ao passo que deve ser garantida a universalização. Esta pode ser discriminatória, com o intuito de reduzir as perspectivas de uns em benefício de outros.

Nesse ponto, a dificuldade é identificar quem é igual e quem é diferente, o que requer valoração ligada a momentos históricos e fatores culturais e sociais. (RIBEIRO, 2007)

Entretanto, a Constituição vigente busca contornar essa dificuldade e apresenta a noção de um dever de políticas de ações afirmativas destinadas à integração das pessoas com deficiência nas esferas da vida no trabalho, social, econômica, política e cultural. São exemplos a expressa no art. 37, VII, que prevê a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência; o disposto no art. 203, IV, onde está previsto que a assistência social objetiva, também, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a previsão, no art. 203, V, de um benefício mensal de um salário mínimo para a pessoa com deficiência que comprovar não possuir meios de prover a sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (SARLET, 2012)

Quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana, é consagrado logo no art. 1º, III, da Lei Fundamental de 1988, de modo que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. A dignidade é uma qualidade intrínseca ao ser humano, algo inerente e que ninguém pode subtrair. Logo, a pessoa humana, por sua própria condição de “ser”, já é detentora de dignidade.

A dimensão intersubjetiva revela a hipótese de todos tratarem-se reciprocamente de maneira digna. Trata-se de uma dignidade de reconhecimento, na medida em que cada qual tem o direito de ver sua dignidade respeitada, assim como possui o dever de respeitar a dignidade do outro.

O conteúdo nuclear da dignidade da pessoa humana não é concebido aprioristicamente. É um conceito vago, indeterminado e aberto, que deve ser compreendido em um contexto histórico-cultural específico.

Este princípio possui uma dimensão negativa (limite) e uma dimensão positiva (tarefa). Como limite, o Estado e os indivíduos devem abster-se de praticar atos contrários à dignidade humana. Como tarefa, o Estado tem o dever de tutelar a dignidade humana mediante ações concretas. (LEITE, George, 2012)

Posto isso, a relação da pessoa com deficiência diante do princípio da dignidade da pessoa humana é inerente, pela simples condição de “pessoa”. (RIBEIRO, 2007)

Por fim, o princípio da liberdade, que possui duas dimensões, as liberdades negativas e positivas. A primeira aponta para a não-intervenção, a ausência de constrangimento e de coerção ao indivíduo em relação ao desenvolvimento de suas potencialidades. É um dever omissivo imposto ao Estado e aos demais indivíduos.

De outro lado, as liberdades positivas apontam para seu caráter autônomo. A liberdade vista como autonomia. É necessário desenvolver ações políticas de viabilização do exercício dessas liberdades e correção de injustiças sociais.

Dito isso, destaca-se que o exercício das liberdades negativas depende direta e previamente da existência das liberdades positivas. É preciso antes ser autônomo para exercer livremente seus direitos.

A Carta brasileira reconhece amplamente as liberdades:

Do ponto de vista formal, a Constituição de 1988 reconhece a brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à liberdade de modo amplo, não obstante os não residentes também sejam sujeitos da maioria dos referidos direitos. O art. 5º faz referência em seu *caput* a um direito à liberdade, e seus incisos possuem uma série de liberdades específicas: expressão/manifestação do pensamento, consciência/crença, intimidade/privacidade, exercício profissional, locomoção, reunião, associação. É possível ainda ser mais específico e falar da liberdade de associação para a formação de sindicatos, bem como da liberdade profissional em relação à livre iniciativa e livre concorrência no campo econômico (arts. 8º a 170 da CF). (GALINDO, 2012)

É importante afirmar, continua o autor, que tais liberdades não são absolutas. É necessário ponderar os aspectos do seu exercício para impedir o seu abuso, especialmente quanto a direitos e liberdades alheias ou o interesse público/coletivo.

No caso da pessoa com deficiência, existem especificidades no exercício desse direito. As necessidades especiais da pessoa com deficiência precisam ser satisfeitas para que a deficiência ambiental não inviabilize ou dificulte o exercício das liberdades.



A Constituição de 1988 traz vários dispositivos que estabelecem diretrizes normativas e políticas ao Estado brasileiro em todas as suas esferas de poder, com o intuito de viabilizar essas liberdades. Por exemplo, para viabilizar a liberdade de exercício profissional, há regras nos arts. 7º, XXXI, 37, VIII, e 201, § 1º e a liberdade como autonomia é contemplada por políticas de assistência social (art. 203, V) e através da educação (art. 208, III). (GALINDO, 2012)

A autonomia deve ser interpretada ainda como o domínio absoluto do espaço físico, assim como dos sistemas e meios de comunicação, com independência, liberdade de escolha e dignidade. (RIBEIRO, 2007)

No aspecto infraconstitucional, a primeira lei programática, que regulamenta normas da Constituição vigente, foi a Lei n. 7.853/1989, que:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Ela representa o marco legal inovador e referencial para os instrumentos jurídicos a seguir adotados sobre a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Foi através dela que o Estado brasileiro assumiu pela primeira vez suas responsabilidades para com as pessoas com deficiência, em um reconhecimento detalhado dessas obrigações. (D'AMARAL, 2014)

Outro importante passo foi dado com a edição da Lei n. 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com o parágrafo único do art. 1º, ela tem como base a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU.

Consiste em um verdadeiro tratado a respeito dos direitos da pessoa com deficiência, abrangendo: igualdade e não discriminação; direito à vida; direito à habilitação e reabilitação; direito à saúde; direito à educação; direito à moradia; direito ao trabalho; direito à assistência social; direito à previdência social; direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; direito ao transporte e à mobilidade; a acessibilidade; o acesso à informação e à comunicação; a tecnologia assistida; o direito à participação na vida pública e política; ciência e tecnologia; e o acesso à justiça. (LEI N. 13.146, 2015)

Diante disso, verifica-se que a proteção legislativa brasileira das pessoas com deficiência é abrangente e moderna. Aliás, a Convenção da ONU sobre seus direitos teve o Brasil como um de seus líderes iniciais. Uma pesquisa internacional de 2004 concluiu que nossa legislação é a mais inclusiva das Américas. Em contraponto, outra pesquisa realizada pelo Senado Federal, em 2010, revelou que a grande maioria das pessoas com deficiência tem a percepção de não ter seus direitos de cidadania respeitados, demonstrando uma constrangedora separação entre legislação e realidade. (D'AMARAL, 2014)

## 2 NORMAS GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

### 2.1 TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES

Tributo é, conforme o disposto no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN): “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Este conceito é extraído do capítulo sobre o Sistema Tributário Nacional da Constituição Federal de 1988 (CF), em seus artigos 145 a 156, que Costa, 2014 assim resume:

Tributo corresponde a uma relação jurídica existente entre Estado e contribuinte, uma vez implementada determinada situação fática prevista em lei como autorizadora dessa exigência, cujo objeto consiste numa prestação pecuniária, não revestida de caráter sancionatório, e disciplinada por regime jurídico próprio.

Costa, 2014 aponta as cinco espécies de tributos: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições.

### 2.2 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

De acordo com Machado, 2010, a relação entre o Estado e o contribuinte é jurídica, que constitui o objeto essencial do direito tributário e é de natureza obrigacional.

A relação tributária, assim como qualquer outra, surge a partir de um fato previsto em lei em sentido estrito, tendo em vista o princípio da legalidade, salvo em se tratando de

obrigação acessória. No caso do direito tributário, o fato chama-se fato gerador. Sua ocorrência faz surgir o dever de alguém (sujeito passivo da obrigação tributária) e o direito do Estado (sujeito ativo da obrigação tributária).

A obrigação tributária pode ser principal e acessória. O objeto da obrigação principal é de natureza patrimonial. É uma obrigação de dar em dinheiro. Por outro lado, o objeto da acessória é de natureza não patrimonial. É uma obrigação de fazer.

Há que se fazer uma distinção entre o fato gerador e a hipótese de incidência. Enquanto o primeiro é a descrição legal do fato, o segundo é o acontecimento desse fato.

O fato gerador possui alguns elementos. Dentre eles, a base de cálculo e a alíquota. Aquela é sua expressão econômica e esta, o percentual aplicado sobre a base de cálculo para determinar-se o valor do tributo.

## 2.3 CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seguindo ainda os ensinamentos de Machado, 2010 e tendo como base o CTN, o crédito tributário decorre da obrigação tributária e tem a mesma natureza desta.

Costa, 2014 explica que a ocorrência do fato gerador faz nascer a obrigação de pagar o tributo correspondente e, em consequência, o direito do Estado de exigi-lo (crédito) e o dever do contribuinte de atendê-lo (débito).

A constituição do crédito tributário é realizada por meio do lançamento, assim definida por Machado, 2010:

Lançamento tributário é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, identificar o seu sujeito passivo, determinar a matéria tributável e calcular ou por outra forma definir o montante do crédito tributário, aplicando, se for o caso, a penalidade cabível.

## 2.4 SUSPENSÃO DA EXIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A exigibilidade do crédito tributário pode ser suspensa, de acordo com Machado, 2010, de forma prévia, operando-se antes do surgimento da própria exigibilidade, ou posteriormente à sua constituição.

As possibilidades de suspensão estão previstas no art. 151 do CTN: (a) moratória; (b) depósito de seu montante integral; (c) reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; (d) concessão de medida liminar em mandado de segurança; (e) concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e (f) parcelamento.

## 2.5 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Nas lições de Machado, 2010, extinção do crédito tributário é o seu desaparecimento, por meio da entrega da prestação.

O art. 156 do CTN enumera suas formas: (a) pagamento; (b) compensação; (c) transação; (d) remissão; (e) decadência; (f) prescrição; (g) conversão do depósito em renda; (h) pagamento antecipado e homologação do lançamento; (i) consignação em pagamento; (j) decisão administrativa irreformável; (l) decisão judicial passada em julgado; (m) dação em pagamento de bens imóveis.

Ademais, há no direito privado causas extintivas aplicadas à matéria tributária.

## 2.6 EXONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Adentrando no ponto específico do presente trabalho, tratar-se-á das situações em que o contribuinte está exonerado de efetuar o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária, conforme o caso. (COSTA, 2014)

### 2.6.1 EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

As hipóteses de exclusão do crédito tributário estão elencadas no art. 175 do CTN: isenção e anistia.

O parágrafo único do dispositivo explica que “a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente”.

Já o art. 150, § 6º, da CF prevê que a isenção e a anistia, dentre outras situações, só podem ser concedidas mediante lei específica, federal, estadual ou municipal.

Sabbag, 2012 ensina que a exclusão do crédito tributário é a inviabilidade de sua constituição. Assim, mesmo ocorrido o fato gerador e a obrigação tributária, não haverá lançamento e, conseqüentemente, não haverá o crédito tributário.

O autor diferencia a razão de ser de cada uma das formas de exclusão: “a isenção justifica-se no plano socioeconômico da realidade social que a avoca, enquanto a anistia encontra motivação no intuito do legislador em retirar o timbre de impontualidade do inadimplente da obrigação tributária”.

Com relação à competência tributária, ele afirma que há uma correlação entre o poder de isentar ou anistiar e o poder de criar tributos ou exigir penalidades. Por exemplo, a União que tem competência tanto para instituir os tributos federais, como para isentá-los.

Um último aspecto geral é a respeito do princípio da irretroatividade tributária. A lei de isenção deve respeitá-lo, porquanto se refere a tributos, devendo desonerar aqueles cujos fatos geradores sejam futuros. Por seu turno, a lei de anistia só pode conter vigência retrospectiva, permitindo que, antes do lançamento a ser efetivado, haja a liberdade do campo da exigibilidade da multa.

#### 2.6.1.1 ISENÇÃO

Isenção é uma espécie de exoneração tributária, estabelecida em lei, que impede a produção de efeitos da norma consistente na hipótese de incidência (COSTA, 2014).

Para Alexandre, 2012, isenção é:

A dispensa legal do pagamento tributário devido. Segundo a tese que prevaleceu no Judiciário, a isenção não é causa de não incidência tributária, pois, mesmo com a isenção, os fatos geradores continuam a ocorrer, gerando as respectivas obrigações tributárias, sendo apenas excluída a etapa do lançamento e, por conseguinte, a constituição do crédito.

O autor indica as disposições legais quanto ao tema:

O art. 150, § 6º, da CF impõe que a concessão de isenção seja feita por intermédio de lei específica, não sendo cabível a previsão via ato infralegal. O art. 176 do CTN apenas reafirma a regra ao estipular que a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Segundo o parágrafo único do art. 176 do CTN, é possível que a isenção abranja parte do território da entidade tributante, em função das peculiaridades locais. Entretanto, caso a isenção seja concedida pela União, deve ser observado o princípio da uniformidade geográfica, previsto no art. 151, I, da CF.

O art. 177 do CTN assevera que, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

O art. 178 do Código disciplina as restrições à revogação das denominadas isenções onerosas, definidas como aquelas que não trazem somente o bônus da dispensa legal do pagamento, mas também algum ônus como condição para o seu gozo.

Nessa linha, acrescenta, tem-se a Súmula n. 544 do STF: “Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas”.

Por seu turno, Sabbag, 2012, informa o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, diante da polêmica a respeito da sua natureza jurídica. Trata-se de dispensa legal do pagamento de determinado tributo devido, pelo que ocorre o fato gerador, mas a lei dispensa o seu pagamento. Destaca, ainda, que a isenção demarca situações em que se configura tratamento diferenciado entre pessoas, coisas e situações.

A isenção é heterônoma, na medida em que o legislador de uma ordem de governo, com permissão constitucional, proíbe ao legislador de outra ordem o exercício do poder de tributar, sendo legalmente qualificada.

Não é permitida a isenção parcial na norma jurídica brasileira. A isenção ou é total ou não é, porque a sua essência consiste em ser obstativa ao nascimento da obrigação. Isenção é o contrário de incidência. (COELHO, 2010)

Costa, 2014 elucida que a outorga de isenção deve ser fundada em razões de interesse público, tendo em vista os princípios da isonomia e da generalidade da tributação.

As isenções possuem algumas classificações, segundo Costa, 2014:

- a) Subjetivas, quando se referem a determinada pessoa, ou objetivas, quando outorgadas em função de determinado objeto;
- b) Técnicas, reconhecidas diante da ausência de capacidade contributiva, ou políticas, que beneficiam, em regra, pessoas que detêm capacidade de contribuir, mas são outorgadas em função de outras finalidades, prestigiadas constitucionalmente;
- c) Condicionadas ou incondicionadas;
- d) Por prazo certo ou por prazo indeterminado.

#### 2.6.1.2 ALÍQUOTA ZERO

Existe uma discussão a respeito do que se trata a alíquota zero. Para a primeira corrente, ela constitui uma modalidade de isenção, porquanto sua aplicação inviabiliza o nascimento da obrigação tributária, resultando no não pagamento do tributo. Para a outra, é mera exoneração interna quantitativa, afetando a consequência tributária sem tanger a hipótese de incidência tributária.

Costa, 2014 entende pela distinção dos institutos, na medida em que a alíquota zero apenas traduz a redução de uma das grandezas que compõem o aspecto quantitativo, estando preservada a hipótese de incidência tributária. Ademais, seu manejo não se dá exclusivamente por lei, como a isenção, mas pode ser também mediante ato do Poder Executivo, nas hipóteses previstas constitucionalmente (arts. 153, § 1º, e 177, § 4º, I, “b”, do CF).

#### 2.6.1.3 ANISTIA

A segunda forma de exclusão do crédito tributário prevista no CTN, em seus arts. 180 a 182, é a anistia, concedida mediante ato administrativo de natureza vinculada.

Trata-se de perdão da penalidade imposta ao contribuinte infrator e, eventualmente, no perdão da própria infração, não abrangendo fatos qualificados como ilícitos penais ou praticados com má-fé. É outorgada mediante lei específica e por razões de interesse público. Pode ser também tácita, quando ocorre a retroatividade benéfica da lei tributária que, alcançando ato não definitivamente julgado, deixe de defini-lo como infração. (COSTA, 2014)

Sabbag, 2012, explica os momentos temporais que delineiam a anistia. Ela só pode ser concedida após o cometimento da infração e antes do lançamento da penalidade pecuniária. Uma vez constituído o crédito, a dispensa só poderá ser realizada por meio da remissão.

A anistia pode ser concedida, conforme o disposto no art. 181 do CTN, em caráter geral ou limitadamente (a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo; (b) às infrações punidas com penalidade pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidade de outra natureza; (c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares; e (d) sob condição de pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa. (COSTA, 2014)

## 2.6.2 IMUNIDADE

Alexandre, 2012 define imunidade como “limitações constitucionais ao poder de tributar consistentes na delimitação da competência tributária constitucionalmente conferida aos entes políticos”. Em outras palavras, a própria Constituição delimita a competência do ente federativo, impedindo-o de definir determinadas situações como hipóteses de incidência de tributos, o que acarreta em uma não incidência constitucionalmente qualificada.

Nas palavras de Coêlho, 2010, a imunidade é uma heterolimitação ao poder de tributar, visto que a vontade que proíbe é a do constituinte. Os dispositivos constitucionais se inserem na composição da hipótese de incidência das normas de tributação, configurando-lhe o alcance e fixando-lhe os lindes.

Cuida-se de exoneração de natureza dupla. Por um lado, é fixada constitucionalmente, sob o manto das cláusulas pétreas, impedindo a atribuição de competência tributária. Por outro, confere direito público subjetivo a certas pessoas, nos termos por ela delimitados, de não se sujeitarem à tributação. Pode ser alusiva a impostos, taxas ou contribuições.



Logo, imunes são pessoas, bens ou situações não abrangidas pelas regras de competência tributária, como preceitua Costa, 2014.

A autora indica as classificações das imunidades:

- a) Quanto aos valores constitucionais protegidos ou quanto ao grau de intensidade e amplitude, podem ser gerais ou genéricas e específicas, tópicas ou especiais.

As primeiras dirigem vedações a todas as pessoas políticas e abrangem todo e qualquer imposto que recaia sobre o patrimônio, a renda ou os serviços das entidades mencionadas. Protegem ou promovem valores constitucionais básicos. Elas estão elencadas no art. 150, VI e §§ 2º a 4º, da CF:

Art. 150. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - Instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

(...)

§ 2º A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

Por sua vez, as segundas são circunscritas, em geral restritas a um único tributo e servem a valores mais limitados ou conveniências pessoais. Dirigem-se a determinada pessoa política.

As imunidades específicas referentes a impostos estão contempladas nos arts. 153, § 3º, III (IPI); 153, §4º, II, (ITR); 155, § 2º, X, "a", "b", "c" e "d" (ICMS); 155, § 3º

(Imposto de Importação, Imposto de Exportação e ICMS); 156, II e § 2º, I, (ITBI); e 184, § 5º (impostos federais, estaduais e municipais).

As relacionadas às taxas estão previstas nos arts. 5º, XXXIV, “a” e “b”, LXIII, LXXIV, “a” e “b”, LXXVII, 208, I, 226, § 1º, e 230, § 2º.

E as relativas a contribuições estão hospedadas nos arts. 149, § 2º, I (contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico), 195, II (contribuições à seguridade social), §§ 5º (contribuição previdenciária) e 7º (contribuições para a seguridade social), e 203, *caput* (contribuição à seguridade social).

- b) Quanto à forma de previsão ou modo de sua incidência, podem ser subjetivas ou pessoais e objetivas ou reais. Aquelas são outorgadas em razão da condição de determinadas pessoas. Enquanto estas são concedidas em função de determinados fatos, bens ou situações. Há ainda uma forma mista, determinada em razão da natureza jurídica de certas pessoas e relacionadas a determinados fatos, bens ou situações.

Por fim, Sabbag, 2012 registra que a imunidade tributária atinge apenas a obrigação tributária principal, não tendo o condão de atingir as obrigações tributárias acessórias.

### 3 DIREITO TRIBUTÁRIO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O direito, como técnica de modificação social, vem para alterar o mundo, implantando-lhe valores. Quando pensamos no fenômeno da percução jurídico-tributária, vem à mente o nascimento do Estado e, em contraponto, o dever subjetivo do administrado, tendo ambos por objeto a conduta que se consubstancia numa prestação pecuniária.

Nesse contexto, o legislador procura implantar certos valores que a Constituição determina para o desempenho da atividade financeira do poder público. A partir disso, fundamenta-se o estudo sobre a função social do tributo, tema delicado e controvertido, visto que a imposição tributária toca em valores fundamentais como a propriedade e a liberdade. (CARVALHO, 2011)

As exceções à impositividade tributária generalizada se verificam quando ocorre motivos de orbe superior, que afetam ou transcendem aos interesses da coletividade, tanto que só são possíveis mediante previsão constitucional ou lei específica.

Quando planificadas diversas situações fáticas idênticas, a exemplo do fato gerador dos tributos, corre-se o risco de criar injustiças, se tratadas de maneira igual, desconsiderando as diferentes realidades, por mais que agreguem elementos semelhantes. Assim, surge a necessidade de instrumentos mantenedores ou restauradores do equilíbrio e da justiça.

Daí se deduz que a exoneração tributária assume relevo para conduzir ao reequilíbrio geral de situações hipotéticas e aparentemente iguais, mas fática e efetivamente diferentes. Ainda, pode ser importante instrumento legal para conferir maior efetivação de direitos fundamentais, partindo-se do princípio da capacidade contributiva, que carrega em sua concepção a ideia de se preservar o mínimo vital, ou seja, a quota fundamental para a manutenção das necessidades do indivíduo e sua família, de acordo com sua realidade econômica e consideradas as variações sociais, do tempo e do espaço. (SIQUEIRA, 2007)

Os tributos possuem três funções quanto ao seu objetivo, segundo Machado, 2010:

- a) Fiscal – seu objetivo por excelência, que é o de arrecadar recursos financeiros para o Estado.
- b) Extrafiscal – é a interferência no domínio econômico, estimulando atividades, setores econômicos ou regiões, desestimulando o consumo de certos bens...

De forma paralela, FARIA, 2010, expõe que uma das formas de intervenção estatal na economia é por indução, em que há incentivo ou desestímulo de determinada atividade econômica, por meio, por exemplo, de desoneração de tributos.

Por sua vez, COSTA, 2014, amplia seu conceito, afirmando que se busca o atingimento de finalidades incentivadoras ou inibitórias de comportamentos, com vista à realização de valores não arrecadatários, constitucionalmente contemplados. Isto pode ser viabilizado, por exemplo, por meio de progressividade e regressividade, seletividade de alíquotas e concessão de isenção e outros incentivos fiscais, de modo que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

- c) Parafiscal – é a arrecadação de recursos para o custeio de atividades que, em princípio, não são funções próprias do Estado, mas que ele as desenvolve através de entidades específicas.

A extrafiscalidade, função que fundamenta o presente trabalho, tem o poder de contribuir de maneira decisiva para o cumprimento do programa constitucional voltado para

fins específicos, por isso, para alcançar sua finalidade, é preciso arrecadar mais, menos ou nada, caracterizando-se pelo uso e manejo dos tributos. (VARGAS, 2011)

Destaque-se que essa função tributária esbarra em limites, consubstanciados na repartição de competências tributárias e nos princípios da ordem tributária.

A competência tributária, aptidão para criar tributos, mediante a edição da necessária via legislativa (CF, art. 150, I), e também entendida como “o poder de tributar”, é juridicamente limitada pela própria Constituição, no que enseja a repartição das competências tributárias.

A repartição é realizada entre os entes federativos, utilizando-se certos critérios, como elucida Costa, 2014:

Para impostos, taxas e contribuições de melhoria, a Lei Maior apontou materialidades para efetuar tal repartição.

Primeiro, no que tange aos impostos, estatui competências expressas e enumeradas (art. 153, 155 e 156 da CF), distribuindo as materialidades entre as pessoas políticas. Quanto às competências residual e extraordinária em matéria de impostos, atribuídas à União, não aponta materialidades, mas apenas pressupostos a serem atendidos para o seu exercício (art. 154 da CF).

Em relação às taxas, as competências também estão expressas, mas não enumeradas (art. 145, II, da CF).

No mesmo sentido, em relação à contribuição de melhoria, o enunciado expresso de sua regra-matriz dispensa qualquer enumeração, porquanto a realização de qualquer obra pública que provoque o incremento de valor imobiliário autoriza sua instituição.

A disciplina constitucional do empréstimo compulsório, por sua vez, não aponta materialidades, mas pressupostos para a exigência desse tributo de cabimento excepcional.

Passando às contribuições, a simples leitura do art. 149 demonstra que, em relação a esses tributos, o legislador constituinte adotou o critério finalístico.

Agora, continuando com a doutrina de Costa, 2014, vejamos o conjunto de atribuições outorgadas a cada um dos entes políticos.

Primeiro, à União compete, ordinariamente, a instituição dos seguintes impostos: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto de Renda e Proventos (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto sobre a Propriedade Rural (IPR) e o Imposto sobre Grandes Fortunas, além das competências residual e extraordinária (arts. 153 e 154, I e II).

Cabe-lhe também a instituição de taxas e contribuição de melhoria (art. 145, II e III), assim como instituir empréstimos compulsórios e contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas (arts. 148, 149 e 177, § 4º).

Os Estados-membros, por sua vez, detêm competência para instituir o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos; o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Tal como a União, também compete-lhes instituir taxas e contribuição de melhoria. Ainda, a contribuição social cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40 (art. 149, § 1º).

Quanto aos Municípios, possuem competência para instituir o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A eles é aplicada a mesma disciplina quanto às taxas e contribuição de melhoria, assim como a mencionada contribuição previdenciária de seus servidores. Mas também são legitimados a instituir a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (art. 149-A).

Finalmente, no que concerne ao Distrito Federal, conjuga as competências dos Estados-membros (art. 155) e dos Municípios (art. 32, *caput* e § 1º, e 147).

Em relação à segunda forma de limites da extrafiscalidade, os princípios da ordem tributária, Mendes; Coelho; Branco, 2008 ensina que:

Não se apresentam como imperativos categóricos, mandados definitivos nem ordenações de vigência diretamente emanados do legislador, antes apenas enunciam motivos para que o seu aplicador se decida neste ou naquele sentido.

Diante de uma grande variedade de princípios, e apesar da importância de que todos se revestem para uma compreensão global da ordem tributária, tratar-se dos mais próprios.

- a) Princípio da estrita legalidade tributária: derivado o princípio da legalidade em sentido amplo, consagrado no art. 5º, II, da CF. Consubstancia a garantia de que

nenhum tributo será exigido ou aumentado sem lei que o estabeleça (art. 150, I, da CF), o que aponta para outro princípio, o da segurança jurídica.

- b) Princípio do tratamento isonômico – deriva do princípio da igualdade de todos perante a lei (art. 5º, *caput*, da CF). Significa, em matéria tributária, que é vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- c) Princípio da anterioridade – veda a cobrança de tributos: (a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; (b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; e (c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observada, ainda, quanto a esta restrição, a exigência da anterioridade relativa ao exercício financeiro.
- d) Princípio da irretroatividade das leis tributárias – derivado do princípio constitucional que impede a lei de prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF).
- e) Princípio do não-confisco – emana do direito de propriedade (art. 5º, XXII, da CF). Considera-se confiscatório o tributo que absorve parte considerável do valor da propriedade, aniquila empresas ou impede o exercício de atividade lícita e moral.

### 3.1 ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS OUTORGADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Leite, Geilson, 2012 elenca algumas leis isentivas concedidas às pessoas com deficiência:

#### 3.1.1 IMPOSTOS FEDERAIS

##### 3.1.1.1 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

A Lei n. 4.502/1964 instituiu o IPI, ao passo que foi regulamentada pelo Decreto n. 7.212/2010 (art. 84, IV, da CF), contemplando hipóteses de isenção fiscal.

A Lei n. 8.989/1995 concedeu isenção de IPI aos automóveis de passageiro de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal (art. 1º, IV).

Contudo, o exercício da isenção de IPI encontra óbice relativo a sua comprovação no âmbito administrativo, impedindo a concessão de pedidos de reconhecimento.

Como ilustração, veja-se temas recentes julgados no Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. IPI. ISENÇÃO NA COMPRA DE AUTOMÓVEIS. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. ART. 1º, § 1º, DA LEI N. 8.989/95. ROL TAXATIVO. ART. 111 DO CTN. DEFICIÊNCIA COMPROVADA. ISENÇÃO MANTIDA.

1. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. O art. 1º, da Lei n. 8.989/95 determina a concessão de isenção de IPI na aquisição de automóveis por portadores de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

3. A concessão do benefício para deficientes físicos restringe-se às situações enumeradas no § 1º, do art. 1º, da Lei n. 8.989/95.

4. Hipótese em que a moléstia adquirida pela recorrida enquadra-se entre as elencadas no referido artigo. Concessão de IPI mantida.

Recurso especial improvido.

(REsp 1.370.760/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 06/09/2013).

TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DO IPI NA COMPRA DE AUTOMÓVEIS. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL SEVERA OU PROFUNDA. COMPROVAÇÃO DA DEFICIÊNCIA POR LAUDOS EMITIDOS POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 2º DA LEI 10.690/2003 E

## AOS DISPOSITIVOS DO CTN QUE DISPÕEM SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO.

1. A Lei 8.989/95, em seu art. 1º, com a redação dada pela Lei 10.690/2003, assim dispõe, na parte que interessa: "Art. 1º - Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por: (...) IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal; (...) § 4º - A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas.

(...)" 2. No caso, ao confirmar a sentença que, em relação ao pedido de isenção do IPI, havia concedido o presente mandado de segurança, o Tribunal de origem decidiu que – em relação à ausência dos laudos de avaliação em conformidade com os conceitos de deficiência mental profunda ou severa estabelecidos em ato conjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Saúde – o referido requisito legal encontra-se suprido pelos laudos periciais produzidos por perito judicial nas ações de interdição.

3. Em assim decidindo, o Tribunal de origem não contrariou o art. 2º da Lei 10.690/2003 e os artigos do Código Tributário Nacional que dispõem sobre a concessão de isenção; muito pelo contrário, observou a jurisprudência dominante desta Corte a respeito da interpretação dada a uma norma análoga, qual seja o art. 30 da Lei 9.250/95. De fato, este Tribunal Superior firmou sua jurisprudência no sentido de que o art. 30 da Lei 9.250/95 não vincula o magistrado na livre apreciação das provas. O acórdão recorrido encontra-se em conformidade, ainda, com os seguintes precedentes desta Corte relativos à isenção do IPI na compra de automóveis, em se tratando de pessoas portadoras de deficiência: REsp 523.971/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, RSTJ, vol. 190, p. 235; REsp 567.873/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, RSTJ, vol. 182, p. 134.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 886.831/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 04/10/2010)

### 3.1.1.2 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO, SEGUROS E SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (IOF)



O IOF foi criado pela Lei n. 8.894/1994 e ostenta vocação predominantemente extrafiscal.

A isenção às pessoas com deficiência tem fundamento no art. 72 da Lei n. 8.383/1991, em relação às operações de financiamento para aquisição de automóveis de fabricação nacional até 127 HP de potência bruta, quando adquiridos por pessoas com deficiência física, atestada pelo Departamento de Trânsito do Estado, onde residirem em caráter permanente, mas apenas na hipótese de o carro ser adquirido mediante financiamento bancário.

### 3.1.1.3 IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA DA PESSOA FÍSICA (IRPF)

Este tributo é regido pelas Leis n. 7.713/1988 e 9.250/1995 e é regulamentado pelo Decreto n. 3.000/1999.

A Lei n. 8.687/1993 estipula que não se incluem entre os rendimentos tributáveis pelo IR as importâncias percebidas por pessoas com deficiência mental a título de pensão, pecúlio, montepio e auxílio, quando decorrentes de prestações do regime de previdência social ou entidades de previdência privada.

Ademais, o Decreto regulamentador consignou, em seu art. 39, que não entrarão no cômputo do rendimento bruto:

XXXI - os valores recebidos a título de pensão, quando o beneficiário desse rendimento for portador de doença relacionada no inciso XXXIII deste artigo, exceto a decorrente de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão.

XXXIII - os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, e fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

### 3.1.2 IMPOSTOS ESTADUAIS

#### 3.1.2.1 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÕES (ICMS)

Apesar de os Estados-membros titularizarem a competência do ICMS, coube à União, ao criar a Lei Complementar n. 87/1996, estabelecer suas normas gerais, cumprindo as diretrizes normativas do art. 146, III, da CF.

As isenções relacionadas ao ICMS são “concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e Distrito Federal, obedecida a Lei Complementar n. 24/1975 (art. 1º)”.

Estes convênios são deliberados e aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), órgão instituído pelos Secretários de Finanças dos Estados e do Distrito Federal, além do Ministro de Estado da Fazenda.

#### 3.1.2.2 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)

Diferentemente do ICMS, cada Estado da Federação estipula as próprias isenções do IPVA por meio de lei específica, as chamadas isenções autonômicas.

O autor traz exemplos de hipóteses isentivas.

No Estado de São Paulo, a Lei n. 13.296/2008 instituiu isenção, no seu art. 13, III, “para a propriedade de um único veículo adequado para ser conduzido por pessoa com deficiência”.

A Lei n. 2.877/1997 disciplinou o IPVA no Estado do Rio de Janeiro e, no art. 5º, firmou que estão isentos do pagamento do imposto:

V- veículos terrestres especiais de propriedade de deficiente físico, desde que únicos em cada espécie e categoria, nos termos da classificação constante da legislação de trânsito e conforme a legislação disponha.

XI – veículos automotores de associações representativas de pessoas portadoras de deficiência.

E no Estado da Paraíba, as isenções de IPVA são previstas no art. 4º da Lei n. 7.131/2002, para “veículos de fabricação nacional ou nacionalizados, que se destinem ao uso exclusivo do adquirente portador de deficiência física, impossibilitado de usar o modelo comum, limitada a propriedade de um veículo por beneficiário”.

Uma matéria a respeito foi julgada recentemente no Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu laudo aprovado por médicos integrantes do Sistema Único de Saúde e aceito pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, não estando o magistrado adstrito a laudo médico aprovado pelo Detran/GO, cuja norma é dirigida aos agentes administrativos. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ISENÇÃO DE IPVA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO POR PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS IMPOSSIBILITADO DE DIRIGIR. IMPUGNAÇÃO RESTRITA À AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NORMA DIRIGIDA AOS AGENTES ADMINISTRATIVOS E QUE NÃO VINCULA O JUIZ.

1. Agravo regimental contra decisão que deu provimento ao recurso ordinário e concedeu a segurança para reconhecer a isenção do IPVA.
2. Ausência de impugnação específica ao fundamento segundo o qual "a questão principal estaria na possibilidade de isenção do tributo mesmo que o veículo seja conduzido por terceiro, mas o voto vencedor foi encaminhado no sentido da ausência de prova pré-constituída. E não podia ser diferente, porquanto a isenção do IPVA visa o portador de deficiência. A lei deve ser interpretada teleologicamente e à luz dos princípios da isonomia e da razoabilidade, não sendo compreensível a preterição de deficientes físicos com maiores limitações, privando-os da isenção fiscal que é concedida aos que conseguem dirigir. Condutor ou conduzido, busca-se garantir acessibilidade a este grupo de pessoas, contribuindo para a inclusão social".
3. Há comprovação da deficiência que acomete a impetrante, qualificada como severa por médicos integrantes do Sistema Único de Saúde e aceita pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pelo princípio da livre apreciação da prova, não está o magistrado adstrito a laudo médico aprovado pelo Detran/GO, cuja norma é dirigida aos agentes administrativos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RMS 46.778/GO, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 09/12/2015).

### 3.2 INCENTIVO PARA EMPRESAS

Registre-se que há um Projeto de Lei, de n. 2.761/2015, tramitando atualmente na Câmara dos Deputados, em caráter conclusivo, que “concede dedução de imposto de renda para empresas que contratarem beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência em percentuais superiores aos limites estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”, cuja justificação é a que segue:

A Lei nº 8.213, de 1991, estabeleceu de forma inovadora a exigência de que as empresas contratem – um mínimo de 2% a 5% do total 2 de seus empregados – beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Trata-se de uma regra justa que busca garantir um espaço necessário no mercado de trabalho para ex-presidiários e pessoas com deficiência. Sem essa exigência esses trabalhadores dificilmente encontrariam um emprego digno e permaneceriam excluídos da vida social, possivelmente voltando à criminalidade ou então dependendo financeiramente do apoio de familiares ou do Estado.

O projeto ora apresentado visa ampliar os benefícios já alcançados ao conceder dedução no imposto de renda à empresa que contratar o público aqui especificado em número maior do que o estabelecido em lei. Para as contratações que excederem o estabelecido em lei, será permitida a dedução de 50% do valor do vencimento no imposto de renda da empresa. Logo, a medida visa incentivar a inclusão de beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

### 3.3 COMENTÁRIOS A RESPEITO DA JURISPRUDÊNCIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

É interessante demonstrar como o tema é abordado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois constatou-se uma peculiaridade. A questão tributária possui importantes princípios no âmbito constitucional, assim como regras definidas pela legislação infraconstitucional, especialmente o Código Tributário Nacional, que estão intrinsicamente relacionadas.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal, a quem compete julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição (CF, art. 102, III, “a”) e o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e

Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (CF, art. 105, III, “a”), encontram-se em situação delicada.

Impedido de julgar casos que fogem ao disposto na Constituição, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula n. 280 do STF, que determina: “Por ofensa a direito local, não cabe recurso extraordinário”. Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça, que aplica analogicamente os enunciados do STF, também a adotou.

Ademais, é defeso também o julgamento que trata de questão que ofende apenas reflexamente a legislação infraconstitucional (ao STJ) e a legislação constitucional (ao STF).

Há ainda outra situação que impede o julgamento por parte do STJ, a Súmula n. 126 do STJ: “É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer um deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário”.

A consequência disso é que casos análogos de isenção de impostos, especificamente de ICMS e IPVA (impostos estaduais), na aquisição de veículo automotor, concedidos às pessoas com deficiência são julgados em ambos os Tribunais por meio da aplicação daquele óbice sumular, constituindo-se em uma barreira jurídica quanto ao tema.

Seguem alguns exemplos do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA DIREITO TRIBUTÁRIO. PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ICMS E IPVA. ISENÇÃO. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 27.8.2012.

1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo regimental conhecido e não provido.

(ARE 943120 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em

15/03/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 14-04-2016 PUBLIC 15-04-2016)

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Tributário. ICMS. Isenção. Deficiente físico. 3. Necessidade do reexame de conteúdo fático-probatório. Súmula 279. 4. Ofensa meramente reflexa ao texto constitucional. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 660441 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 25/03/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-112 DIVULG 10-06-2014 PUBLIC 11-06-2014)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. IPVA. Isenção. Portador de necessidades especiais. Norma de direito local. Súmula 280/STF. Artigo 111, CTN. Afronta reflexa. 1. A matéria atinente à isenção do IPVA na aquisição de veículo pelo portador de necessidades especiais depende da reinterpretação da legislação infraconstitucional local e do art. 111 do CTN. Caso de ofensa reflexa à Constituição. Precedentes de ambas as Turmas. 2. Não cabe recurso extraordinário contra acórdão em que o órgão julgador se limite a interpretar normas de direito local. Súmula 280/STF. 3. Agravo regimental não provido.

(ARE 712222 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 17/12/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-032 DIVULG 14-02-2014 PUBLIC 17-02-2014)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. ICMS. Isenção. Portador de necessidades especiais. Decreto nº 18.055/97. Artigo 111, CTN. Matéria infraconstitucional. Ofensa reflexa. 1. Acórdão recorrido em que se deixou de aplicar o Decreto nº 18.055/97, firme na interpretação de normas infraconstitucionais, notadamente do art. 111 do Código Tributário Nacional. 2. Suposta ofensa à Constituição que somente poderia ser constatada a partir da análise e da reinterpretação da legislação infraconstitucional, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 3. Agravo regimental não provido.

(ARE 711792 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 05/11/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-236 DIVULG 29-11-2013 PUBLIC 02-12-2013)

EMENTA DIREITO TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS ICMS. AQUISIÇÃO DE

VEÍCULO. DEFICIENTE FÍSICO. DEBATE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 14.7.2010. A suposta ofensa à Constituição Federal somente poderia ser constatada a partir da análise da legislação infraconstitucional que fundamentou o acórdão da origem, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. Agravo regimental conhecido e não provido.

(ARE 715383 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 08/10/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-209 DIVULG 21-10-2013 PUBLIC 22-10-2013)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. DEFICIENTE FÍSICO. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(ARE 710070 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 30/10/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 20-11-2012 PUBLIC 21-11-2012)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTROVÉRSIA DECIDIDA EXCLUSIVAMENTE À LUZ DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279/STF.

1. Não é possível, em recurso extraordinário, reexaminar a legislação infraconstitucional aplicada ao caso, bem como analisar o acervo fático-probatório dos autos. 2. Agravo regimental desprovido.

(RE 660911 AgR, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, julgado em 28/02/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-056 DIVULG 16-03-2012 PUBLIC 19-03-2012)

(Indexação: DESCABIMENTO, RECURSO EXTRAORDINÁRIO, REEXAME, MATÉRIA DE FATO, MATÉRIA DE PROVA, POSSIBILIDADE, CONCESSÃO, ISENÇÃO, IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (ICMS), DEFICIENTE FÍSICO.)

E vejam-se julgados do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. ICMS E IPVA. ISENÇÃO. VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA PERMANENTE CONDUZIDO POR FAMILIARES. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. A reforma do acórdão recorrido, no que se refere à isenção do ICMS e do IPVA na compra de veículo por portador de deficiência física permanente, ainda que conduzido por terceiros, demanda a interpretação de lei local (Leis Estaduais nºs 8.115/85 e 13.320/09 e no Decreto Estadual nº 32.144/85).

2. Nos termos da Súmula 280/STF, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça analisar se a lei local teve o seu conteúdo normativo ampliado, para conceder o benefício de isenção tributária, pois essa discussão tem contornos constitucionais, cujo exame compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, da Constituição da República). Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 358.633/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 01/12/2015)

TRIBUTÁRIO. IPVA. ISENÇÃO. VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE DEFICIENTE MENTAL CONDUZIDO POR FAMILIARES. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. O Tribunal de origem, ao apreciar a matéria referente à isenção do IPVA na compra de veículo por portador de deficiência mental, ainda que conduzido por terceiros, dirimiu a controvérsia à base de interpretação de leis locais (Leis Estaduais 7.353/88 e 14.967/09) em face de princípios constitucionais.

2. Nos termos da Súmula 280/STF, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça analisar se a lei local teve o seu conteúdo normativo ampliado, para conceder o benefício de isenção tributária, pois essa discussão tem contornos constitucionais, cujo exame compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, da Constituição da República). Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.



(AgRg no AREsp 106.161/SC, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)

TRIBUTÁRIO. ICMS E IPVA. ISENÇÃO. VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA PERMANENTE (PARALISIA CEREBRAL E RETARDO MENTAL PROFUNDO) CONDUZIDO POR FAMILIARES. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. O Tribunal de origem, ao apreciar a matéria referente à isenção do ICMS e do IPVA na compra de veículo por portador de deficiência física permanente (paralisia cerebral e retardo mental profundo), ainda que conduzido por terceiros, dirimiu a controvérsia à base de interpretação de lei local (Lei Complementar Estadual nº 114/2002) em face de princípios constitucionais.

2. Nos termos da Súmula 280/STF, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça analisar se a lei local teve o seu conteúdo normativo ampliado, para conceder o benefício de isenção tributária, pois essa discussão tem contornos constitucionais, cujo exame compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, da Constituição da República). Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 321.110/AC, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 24/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ICMS. ISENÇÃO. ADQUIRENTE DO VEÍCULO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL. LEGISLAÇÃO ESTADUAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. DISCUSSÃO NÃO CABÍVEL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. Consignada no aresto recorrido a inaplicabilidade da lei estadual de regência da matéria nos seus exatos limites, em vista de ofender ao princípio constitucional da isonomia, a análise pretendida fica obstada neste Tribunal Superior, a quem não cabe rever a aplicação ou não de lei local (Súmula 280/STF).

2. Ademais, em verdade, o presente recurso especial combate acórdão que considerou inválida a referida lei, questionando sua aplicação em face da própria Carta Magna, o

que denota a natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete a esta Corte, mas ao STF, em sede de recurso extraordinário (art. 102, inc. III, d, da CF/88).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 432.602/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 12/06/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A PARTE RECORRIDA NÃO PREENCHE OS REQUISITOS PARA A ISENÇÃO DO IPVA. A CORTE LOCAL AFIRMOU, EXPRESSAMENTE, QUE FORAM PREENCHIDOS OS REQUISITOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE DIREITO LOCAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não houve qualquer violação aos arts. 165, 458 e 535, todos do CPC, visto que a lide foi resolvida com a devida fundamentação, ainda que sob ótica diversa daquela almejada pela parte recorrente.

2. O Tribunal a quo, após a análise do conjunto fático e das alegações da parte recorrida, concluiu que o recorrido preenche os requisitos legais para que seja admitida a isenção de tributação para os portadores de necessidades especiais, com base em Lei Estadual Mineira aplicável à espécie; dessa forma, entendimento diverso, como pretendido, exigiria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e a análise de direito local, o que é vedado nesta instância, por incidência das Súmulas 7/STJ e 280/STF.

3. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1475324/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 04/12/2014)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ICMS E IPVA. ISENÇÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E IMPOSSIBILITADA DE DIRIGIR. CONVÊNIO 3/2007 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 114/2002. AFASTAMENTO DO ART. 111 DO CTN. TRATAMENTO DESIGUAL. INTERPRETAÇÃO, PELO ACÓRDÃO DE

ORIGEM, DO ART. 150, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL E CONSTITUCIONAL.

I. O Tribunal de origem adotou - como fundamento para garantir a isenção de ICMS e de IPVA ao adquirente de veículo portador de necessidades especiais, cuja deficiência impossibilita a sua condução - o princípio constitucional da igualdade tributária, previsto no art. 150, II, da Constituição Federal, que veda ao ente público - no caso, o Estado - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

II. Nesse contexto, não cabe ao STJ, em Recurso Especial, em face da Súmula 280/STF, analisar se a lei local (Lei Complementar Estadual 114/2002) teve o seu conteúdo normativo ampliado, para conceder o benefício de isenção tributária ao impetrante, pois essa discussão possui contornos constitucionais, cujo exame é da competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, da Constituição da República). Precedentes do STJ (AgRg no REsp 1.341.439/PB, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/03/2013).

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 233.602/AC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 23/09/2014)

PROCESSO CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. SÚMULA N. 284/STF. ARTIGOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. DEFICIENTE FÍSICO. IPVA. TRIBUTO ESTADUAL. ÓBICE NA SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

1. A recorrente não aponta claramente quais os artigos da lei federal estariam supostamente afrontados, o que evidencia a deficiência na fundamentação recursal, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF.

2. É Inviável a pretendida análise dos artigos e princípios da Constituição Federal, uma vez que é matéria reservada ao Supremo Tribunal Federal.

3. A previsão quanto à isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no Estado de São Paulo consta de norma estadual, conforme consignado pelo Tribunal de origem, e sua análise encontra óbice na Súmula 280/STF.

4. Não houve a comprovação do dissídio jurisprudencial, conforme determina os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 496.529/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 22/05/2014)

ADMINISTRATIVO. ISENÇÃO DE ICMS. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. TRANSPORTE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. ANÁLISE DE LEI LOCAL. LEI ESTADUAL N. 6.374/89. SÚMULA 280/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO CONHECIDO.

1. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente.

2. Verifica-se que a Corte de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 5º da LINDB. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal.

Incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

3. Não merece prosperar a irresignação do agravante, uma vez que, para aferir a procedência de suas alegações, seria necessário proceder à interpretação de norma local, qual seja, a Lei Estadual n. 6.374/89. Ademais, eventual violação de lei federal seria reflexa, e não direta, porque no deslinde da controvérsia seria imprescindível a interpretação da legislação estadual supramencionada, não cabendo, portanto, o exame da questão em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 280/STF.

4. Não pode ser conhecido o presente recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional quando a recorrente não realiza o necessário cotejo analítico, bem como não apresenta, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementa, não foram demonstradas as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma.

5. Ademais, ainda que a divergência fosse notória, esta Corte tem entendimento pacífico de que não há dispensa do cotejo analítico, a fim de demonstrar a divergência entre os arestos confrontados.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 417.475/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 16/12/2013)

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL - ART. 535 DO CPC - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - SÚMULA 284/STF - ICMS - ISENÇÃO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - DEFICIENTE FÍSICO - ISONOMIA - FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL - DECRETO ESTADUAL - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF.

1. Não se conhece de recurso especial por suposta violação do art.

535 do CPC se a parte não especifica o vício que inquinaria o aresto recorrido, limitando-se a alegações genéricas de omissão no julgado, sob pena de tornar-se insuficiente a tutela jurisdicional. Súmula 284/STF.

2. A análise da controvérsia demanda interpretar matéria constitucional, de competência exclusiva do STF, nos termos do art.

102 da CF. Precedentes.

3. O Tribunal de origem também decidiu a questão com base na legislação estadual (Decreto Estadual nº 30.363/2009), o que impossibilita a análise da controvérsia por esta Corte Superior, em razão do óbice da Súmula 280/STF.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1396235/PB, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 13/11/2013)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ISENÇÃO DE IPVA EM VEÍCULOS PARA DEFICIENTES FÍSICOS. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL E PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE MODIFICAÇÃO. SÚMULAS 280/STF E 126/STJ.

1. Cuida-se originalmente de mandado de segurança ajuizado pelo recorrido cujo objeto se refere à isenção de IPVA de veículos para deficientes físicos, prevista o art. 92, VII, do Código Tributário do Estado do Maranhão.

2. Conforme consignado na decisão ora agravada, embora o recorrente alegue ter ocorrido violação de matéria infraconstitucional, qual seja, dos artigos 111, II, do Código Tributário Nacional, segundo se observa dos fundamentos que serviram de base para a Corte de origem apreciar a controvérsia acerca da isenção do IPVA, o tema foi dirimido no âmbito local (Código Tributário do Estado do Maranhão), de modo a afastar a competência desta Corte Superior de Justiça para o deslinde do desiderato contido no recurso especial. Incidência da Súmula 280/STF.

3. Ademais, a análise da constitucionalidade da lei local refoge da competência desta Corte. Tendo o Tribunal de origem proferido seu decisum com fundamento constitucional, competia ao recorrente a interposição de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, de modo que, no presente caso, ausente o referido recurso, incide a jurisprudência sedimentada por meio da Súmula 126 deste Tribunal, que assim dispõe: "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário." Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 391.004/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 09/10/2013)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ISENÇÃO DE ICMS NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. LEI ESTADUAL 2.657/96. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Ausente a violação do art. 535 do CPC quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. O alcance da isenção outorgada às pessoas com deficiência na aquisição de veículo automotor, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos da legislação local (Lei 2.657/96), pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, a teor da Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.").

3. Não se conhece do recurso pela alínea c, quando não restar demonstrado que, nos casos em confronto, os órgãos julgadores partiram de quadro fático idêntico para aplicar de forma discrepante o direito federal.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 153.537/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 16/04/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. IPVA. ISENÇÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS QUE SÃO PROPRIETÁRIOS E CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO ÀQUELES QUE SÃO PROPRIETÁRIOS MAS NÃO CONDUTORES. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO NA SUPREMACIA DO

DIREITO À IGUALDADE E À DIGNIDADE HUMANA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. NÃO APRESENTAÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ.

1. O Tribunal a quo negou provimento à pretensão do recorrente com esteio em fundamento constitucional, cujo exame é vedado na via excepcional, consoante preceitua o art. 102 da Constituição Federal.

Contudo, olvidou-se o recorrente de interpor recurso extraordinário, o que atrai a incidência da Súmula 126/STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 266.556/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 19/04/2013)

TRIBUTÁRIO. ICMS. ISENÇÃO. VEÍCULO. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. A pretensão recursal busca afastar o reconhecimento do direito à isenção de ICMS sobre a comercialização de veículo automotor adquirido por portador de deficiência física, que foi declarado com base no princípio da isonomia.

2. Em casos análogos, o STJ já se pronunciou pelo não conhecimento do Recurso Especial, por ser impossível, nesta via, analisar lei local (Súmula 280/STF) e reformar acórdão fundamentado em princípios constitucionais (AgRg no REsp 1.214.489/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 14.6.2012; REsp 1.198.544/SC, Rel.

Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30.9.2010; AgRg no AREsp 108.278/PB, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22.6.2012).

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1341439/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 20/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISENÇÃO DE ICMS E IPVA. INTERPRETAÇÃO DE LEIS ESTADUAIS. REVISÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE LOCAL. ÓBICE DA SÚMULA 280/STF.

1. O acórdão recorrido decidiu acerca da isenção do ICMS e do IPVA para aquisição de veículo automotor ao deficiente físico com base exclusivamente na interpretação

da legislação local, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial ante o óbice da Súmula 280/STF. No mesmo sentido: AgRg no AREsp 124.521/SP, Rel.

Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 11/10/2012; AgRg no AREsp 129.192/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/09/2012; AgRg no AREsp 166.763/PB, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22/08/2012; AgRg no REsp 1.278.942/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 20/06/2012; AgRg no AREsp 71.509/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 30/04/2012.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 261.228/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISENÇÃO. ICMS. CONCESSÃO A PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA NÃO INCLUSA NO ROL ANEXO A DECRETO EXECUTIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DA PARAÍBA DESPROVIDO.

1. O Tribunal a quo aplicou o princípio da isonomia tributária, que tem viés constitucional, como fundamento para a concessão da isenção do ICMS a portador de deficiência física, tornado-se inviável a rediscussão do presente feito em Recurso Especial, ante a competência do Excelso STF.

2. É inviável, por força da preclusão consumativa e da ausência de prequestionamento, o conhecimento de Recurso Especial em que é apontada violação de artigo de lei federal sobre o qual não tenha sido emitido, na instância ordinária, qualquer juízo acerca da matéria nele contida, especialmente quando tal questão somente foi ventilada nas razões do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial.

3. Agravo Regimental do ESTADO DA PARAÍBA desprovido.

(AgRg no AREsp 121.755/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 22/11/2012)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ISENÇÃO DE IPVA RELATIVO A VEÍCULO ADAPTADO À PORTADOR DE DEFICIÊNCIA



FÍSICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgRg no AREsp 124.521/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/10/2012, DJe 11/10/2012)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. IPVA E ICMS. ISENÇÃO PARA DEFICIENTES FÍSICOS QUE ADQUIRAM VEÍCULOS ADAPTADOS. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. A controvérsia foi dirimida com base em legislação estadual (Leis estaduais 8.815/1985 e 8.820/1989), o que inviabiliza o conhecimento do Recurso Especial por força da incidência, por analogia, da Súmula 280/STF.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 129.192/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 11/09/2012)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VEÍCULO AUTOMOTOR. AQUISIÇÃO POR PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. DIREITO LOCAL. RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. VERBETE SUMULAR 280/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A controvérsia acerca da regularidade da isenção tributária reconhecida a portador de necessidades especiais para a aquisição de veículo automotor foi dirimida a partir da interpretação das Leis Estaduais 8.115/85 e 8.820/89, assim como do Decreto Estadual 37.699/97.

2. Incidência, por analogia, do enunciado sumular 280/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 121.886/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 11/09/2012)

### 3.4 A AUSÊNCIA DE IMUNIDADES OUTORGADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A prof. Derzi, 2011 explica que as imunidades não estão restritas à Seção “Das limitações ao poder de tributar”, oferecendo uma excelente compilação delas, assim como dos princípios previstos na Constituição de 1988, que é trazido aqui na íntegra:

- 1) Legalidade da tributação (arts. 5º, II, e 150, I e § 6º);
- 2) Irretroatividade (arts. 5º, XXXVI, e 150, III, “a”);
- 3) Anterioridade da lei tributária em relação ao exercício financeiro, ressalvadas as exceções taxativas do art. 150, III, “b”, estabelecidas no § 1º do mesmo art. 150;
- 4) Sem prejuízo do princípio da anterioridade, com o qual se cumula, o interstício de noventa dias entre a data da publicação da lei que houver instituído ou modificado o tributo, observadas as exceções enumeradas no § 1º do art. 150; e observado o regime estabelecido para as contribuições sociais, destinadas ao custeio da seguridade social (art. 195, § 6º);
- 5) Anualidade ou periodização anual dos impostos incidentes sobre a renda e o patrimônio, deduzido implicitamente do princípio da anterioridade e da anualidade do orçamento (arts. 150, III, “b” e 165);
- 6) Imunidade tributária recíproca das pessoas de direito público interno, quanto ao patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros (arts. 1º e 150, VI, “a”);
- 7) Imunidade tributária dos templos de qualquer culto (art. 150, VI, “b”)
- 8) Imunidade relativa a impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda, ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei (art. 150, VI, “c”);
- 9) Imunidade do livro, do jornal, dos periódicos e do papel destinado a sua impressão (art. 150, VI, “d”);
- 10) Princípio da integração nacional de pessoas e bens, livres de barreiras, com a imunidade do tráfego de pessoas ou mercadorias a tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança do ICMS sobre os serviços de transporte de competência do Estado-membro (art. 155, II);
- 11) Princípio que veda impostos federais novos que sejam cumulativos ou tenham a mesma base de cálculo ou fato gerador daqueles previstos na Constituição (art. 154, I);
- 12) Princípio que veda novas contribuições sociais, de competência da União, que sejam cumulativas ou que tenham a mesma base de cálculo ou fato gerador daquelas já previstas na Constituição (art. 195, § 4º);
- 13) Princípio de rigidez do sistema, que veda a criação de quaisquer novos tributos, além daqueles já atribuídos aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios pelos arts. 145, 149, § 1º, 149-A, 155 e 156;

- 14) Princípio que proíbe a cobrança de taxas com base de cálculo própria de impostos (art. 145, § 2º);
- 15) Princípio da transparência e da publicidade que obrigam o legislador a informar ao consumidor os impostos que oneram as mercadorias e serviços a serem adquiridos (art. 150, § 5º);
- 16) Princípio da unidade político-econômica do território, pela uniformidade dos tributos federais em todo o território nacional, inclusive a vedação de distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais, destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país (art. 151, I);
- 17) Princípio da uniformidade dos tributos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios entre bens e serviços, vedadas as distinções quanto à procedência ou destino (art. 152);
- 18) Princípio da uniformidade do imposto de renda sobre créditos oriundos das obrigações da dívida pública estadual ou municipal ou sobre proventos dos agentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedado à União estabelecer tratamento tributário mais favorável para as suas obrigações ou para os proventos de seus agentes (art. 151, II);
- 19) Imunidade dos vencimentos dos magistrados e dos ministros do Tribunal de Contas a impostos que não sejam gerais a *contrario sensu* do art. 95;
- 20) Princípio da livre concorrência, garantido pela uniformidade do regime tributário, quer para as empresas públicas, quer para as empresas privadas, isto é, vedação de discriminação pró ou contra umas ou outras, exceção feita às micro e pequenas empresas (arts. 150, § 3º, 170, IX, 173, §§ 1º e 2º, e 179);
- 21) Sem prejuízo do respeito à livre concorrência, a lei complementar deverá instituir tratamento diferenciado e mais favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 146, III, “d”);
- 22) Princípio da neutralidade da tributação, devendo o legislador complementar estabelecer critérios especiais, com o objetivo de prevenir os desequilíbrios da concorrência (art. 146-A);
- 23) Princípio da rigidez do sistema com a vedação de impostos estranhos à competência constitucional da pessoa de direito público que o decreta e, portanto, também da cobrança de falsas taxas, de falsa contribuição de melhoria ou de falsa contribuição, vedada ainda a transferência do exercício da competência (arts. 153, 154, I, 155 e 156);
- 24) Proibição de instituição de contribuições especiais – sociais, de intervenção no domínio econômico e no interesse de categorias profissionais ou econômicas – aos Estados, Distrito Federal e Municípios, exceto para custeio

- de sistemas de previdência e assistência social dos seus próprios servidores (art. 149, § 1º); exceção feita ainda à contribuição, instituída pelos Municípios, para custear o serviço de iluminação pública (art. 149-A);
- 25) Igualdade na lei e perante a lei em relação a pessoas físicas ou jurídicas, que se encontram nas mesmas situações (art. 5º, I), proibindo-se qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função (art. 150, II);
  - 26) Pessoalidade de impostos, proteção à família do contribuinte e graduação de acordo com a capacidade econômica (art. 145, § 1º, e 226);
  - 27) Proibição de efeito confiscatório dos tributos (arts. 5º e 150, IV);
  - 28) Imunidade da pequena gleba rural, explorada por proprietários que não possua outro imóvel, em relação ao imposto federal incidente (art. 153, § 4º, II);
  - 29) Imunidade dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (art. 184, § 5º);
  - 30) Princípio do destino, adotado no comércio internacional, com a imunidade das operações que destinem mercadorias e serviços ao exterior, em relação aos impostos federal e estadual – IPI e ICMS-, assim como em relação às contribuições sobre as receitas de exportação (como se explicita nos ns. 31, 32 e 33, que seguem) completado pela determinação constitucional para cobrança dos mesmos tributos sobre a importação de mercadorias ou de serviços (arts. 149, § 2º, II, e 155, § 2º, IX, “a”);
  - 31) Imunidade em relação ao imposto federal, o IPI, dos produtos industrializados, que se destinam ao exterior (art. 153, § 3º, III);
  - 32) Imunidade em relação ao imposto estadual, o ICMS, das operações que destinem mercadorias ou serviços ao exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores (art. 155, § 2º, X, “a”);
  - 33) Imunidade em relação às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, incidentes sobre a receita das exportações (art. 149, § 2º, I);
  - 34) Imunidade em relação ao imposto sobre operação de circulação de mercadorias, o ICMS, das operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica (art. 155, § 2º, X, “b”);
  - 35) Princípio da harmonização federativa por meio da faculdade, atribuída ao Senado Federal, de estabelecer, no ICMS, alíquotas mínimas e máximas nas operações internas dos Estados e do Distrito Federal (art. 155, § 2º, V, “a” e “b”); assim como a faculdade, concedida ao legislador complementar, de disciplinar a forma como isenções, incentivos e outros benefícios fiscais serão outorgados por Estados e pelo Distrito Federal com convênio (art. 155,

- § 2º, XII, “g”); no caso do ISSQN, alíquotas mínimas e máximas, assim como a forma e as condições para a concessão de isenção e outros benefícios fiscais, concedidos pelos Municípios, serão estabelecidas em lei complementar (art. 156, § 3º, I e III);
- 36) Princípio da cobrança do Estado de origem, do imposto estadual sobre operações de circulação de mercadorias e prestação de serviços, o ICMS, incidente sobre as operações e prestações interestaduais, assegurada a apropriação de parcela da arrecadação ao Estado do destino (art. 155, § 2º, IV, VI e VIII);
- 37) Princípio da não cumulatividade do IPI (de competência da União) e no ICMS (de competência dos Estados), sendo obrigatória a compensação total do que foi pago, a título desses tributos, nas operações anteriores (arts. 153, § 3º, II, e 155, § 2º, I); princípio da não cumulatividade extensivo a novos impostos ou a novas contribuições incidentes sobre o consumo, que vierem a ser criados pela União (arts. 154, I, e 195, § 4º);
- 38) Seletividade do imposto sobre produtos industrializados, em função da essencialidade dos produtos (art. 153, § 3º, I) e do imposto sobre operações de circulação de mercadorias e serviços, ICMS, dos Estados (art. 155, § 2º, III);
- 39) Generalidade, uniformidade e progressividade no imposto sobre a renda (art. 153, § 2º, I), assim como progressividade em razão do valor do imóvel no imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (art. 156, § 1º, I); ainda progressividade no imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana para assegurar o cumprimento da função social da propriedade (arts. 153, § 4º, I, 156, § 1º, e 182, § 4º);
- 40) Imunidade das entidades beneficentes de assistência social, em relação às contribuições para o custeio da seguridade social, atendidas as exigências legais (art. 195, § 7º);
- 41) Imunidade das operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e minerais do país a outros impostos, exceção feita aos impostos federais de importação, exportação e ao imposto estadual sobre operações de circulação de mercadorias, ICMS, sendo vedada a imposição de quaisquer outros impostos sobre as mesmas operações (art. 155, § 3º);
- 42) Imunidade em relação ao imposto estadual sobre operações de circulação de mercadorias e prestação de serviços, o ICMS, das prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita (art. 155, § 2º, X, “d”);

- 43) Incidência única do imposto federal, previsto no art. 153, V, sobre o outro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial (art. 153, § 5º);
- 44) Finalmente, cumpre lembrar que princípios como separação de poderes, direito ao devido processo legal administrativo e judicial, à liberdade, igualdade, segurança e propriedade do art. 5º e a forma federal de Estado continuam sendo as grandes vertentes que geram os desdobramentos específicos, limitativos do poder de tributar, e expressamente referidos na Constituição de 1988. Implícitos estão outros, apontados pela doutrina ou pela jurisprudência, que não limitam propriamente o poder de tributar como a superioridade do interesse público sobre o privado, a economicidade, a praticidade etc., meros marcos de equilíbrio e balanço das limitações em geral, além daqueles que, de fato, poderiam ser colocados no rol das limitações, a saber: a proibição de excesso na administração e na cobrança dos tributos, a publicidade, a legitimidade, a proteção da confiança, a boa-fé e a moralidade dos atos administrativos, legislativos e judiciais, relativos a tributos, vistos pela maioria com a mesma eficácia e efetividade dos demais princípios constitucionais.

Diante do exposto, verifica-se que não existe nenhuma imunidade relacionada às pessoas com deficiência, grandes vítimas históricas da exclusão social, razão pela qual se propõe ao legislador constituinte derivado a sua criação, com o intuito de ver-se mais bem assegurada a proteção a esse grupo de indivíduos, tendo em vista a maior proteção das imunidades em relação às isenções, sendo aquelas vestidas sob o manto das cláusulas pétreas constitucionais.

## CONCLUSÃO

A pesquisa realizada tinha por objetivo principal saber se havia previsão na legislação brasileira de alguma forma de exoneração tributária outorgada às pessoas com deficiência e, havendo, quais seriam e como seriam exercidas.

O resultado foi positivo, porquanto verificou-se que há isenção tributária dos seguintes impostos, além de outros de menor abrangência, não citados aqui: (a) federais - imposto sobre produtos industrializados (IPI); imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF); e imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza da pessoa física (IRPF); e (b) impostos estaduais - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS); e imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

No entanto, tendo em vista a maior proteção das imunidades em relação às isenções, sendo aquelas vestidas sob o manto das cláusulas pétreas constitucionais, ao passo que não há nenhum caso relacionado às pessoas com deficiência, propõe-se ao legislador a sua criação, com o intuito de ver-se mais bem assegurada a proteção a esse grupo de indivíduos, que são grandes vítimas históricas da exclusão social.

Por fim, o grande objetivo valorativo deste trabalho foi demonstrar o que diz Werneck, 1997: “A deficiência é parte intrínseca da humanidade. Logo, a deficiência faz parte da normalidade”.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seus reflexos na ordem jurídica interna no Brasil. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_. Em busca de um conceito de pessoa com deficiência. In: GUGEL, Maria Aparecida, MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro (Org.). **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. 1. ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

BALERA, Vânia Maria Ruffini Penteado, FERREIRA, Eduardo Dias de Souza. A defesa da pessoa com deficiência e o sistema interamericano de direitos humanos. In: GUGEL, Maria Aparecida, MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro (Org.). **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. 1. ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 4 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 4 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm)>. Acesso: 4 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 4 de maio de 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 2.761/2015**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1692878>>. Acesso em: 13 de junho de 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros. Função social dos tributos. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva, NASCIMENTO, Carlos Valder do, MARTINS, Rogério Gandra da Silva (Org.). **Tratado de direito tributário**, 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1. v.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.



COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: Constituição e Código Tributário Nacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

D'AMARAL, Teresa Costa. Direito das pessoas com deficiência: atualidade da legislação e ausência de políticas públicas. **Consulex**. Brasília, v. 18, n. 426, out., 2014.

DEFICIENTEONLINE. **Deficiência**. Disponível em: <  
[http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia\\_\\_\\_3.html](http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia___3.html)>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Imunidade, isenção e não incidência. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva, NASCIMENTO, Carlos Valder do, MARTINS, Rogério Gandra da Silva (Org.). **Tratado de direito tributário**, 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 2. v.

DIREITOS HUMANOS. Jornal Radcal. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

EVANGELISTA, Marina Mendes. **Perfil da adequação dos restaurantes de Fortaleza-CE aos portadores de deficiência física**. Monografia apresentada à Universidade de Fortaleza (UNIFOR), para obtenção do grau de bacharel em Fisioterapia. 2002.

FARIA, Luiz Alberto Gurgel de. **A extrafiscalidade e a concretização do princípio da redução das desigualdades regionais**. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GALINDO, Bruno. **Direito à liberdade: dimensões gerais e específicas de sua proteção em relação às pessoas com deficiência**. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Francysco Pablo Feitosa, LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto. A proteção dos direitos da pessoa com deficiência na jurisprudência da Corte Interamericana e da Corte Europeia de Direitos Humanos. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

INSTITUTO ONCOGUIA. **Doenças consideradas graves pela legislação brasileira**. Disponível em: <http://www.oncoguia.org.br/conteudo/doencas-graves/104/4/>. Acesso em : 11 de junho de 2016.

LEITE, Geilson Salomão. O direito tributário e a pessoa com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEITE, George Salomão. A dignidade humana e os direitos fundamentais da pessoa com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU. In: GUGEL, Maria Aparecida, MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro

(Org.). **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. 1. ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTA, Taís Nader. A proteção às pessoas com deficiência no direito comparado. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 – pessoas com deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Verbatim, 2010.

\_\_\_\_\_. O Direito à igualdade, à dignidade da pessoa humana com deficiência e à autonomia. In: GUGEL, Maria Aparecida, MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro (Org.). **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. 1. ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. Igualdade como direito fundamental na Constituição Federal de 1988: aspectos gerais e algumas aproximações ao caso das pessoas com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença et. al. (Org.). **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SIQUEIRA, Cláudio Drewes José de. A isenção tributária como instrumento garantista de direitos fundamentais. In: GUGEL, Maria Aparecida, MACIEIRA, Waldir, RIBEIRO, Lauro (Org.). **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência**. 1. ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

VARGAS, Jorge de Oliveira. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva, NASCIMENTO, Carlos Valder do, MARTINS, Rogério Gandra da Silva (Org.). **Tratado de direito tributário**, 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1. v.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.